



Elementos de Administração 5

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Elementos de Administração

5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração 5 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-178-7

DOI 10.22533/at.ed.787191303

1. Administração. 2. Gestão socioambiental. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este sexto volume, composto por dez capítulos, contempla trabalhos com foco no ensino em administração e está dividido em três partes.

A primeira parte deste volume agrega três capítulos que desenvolvem pesquisas desenvolvidas com discentes de administração, proporcionando a reflexão acerca de diferentes pontos e percepções dos estudantes dessa área, tais como: motivação, planejamento de carreira e avaliação do ensino superior. A segunda parte deste volume compreende três capítulos que reúnem estudos sobre a atuação do docente de administração e gestão universitária, possibilitando que o leitor compreenda temáticas voltadas às competências docentes, à utilização de mecanismos para a educação a distância e perspectivas sobre a gestão universitária. Na terceira parte deste volume, são apresentados quatro capítulos que contemplam pesquisas sobre aprendizagem e formação de gestores.

Dessa forma, este quarto volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco no ensino em administração, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega à área de administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre as diferentes percepções dos agentes que atuam no processo de ensino em administração.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO 1 1

CAPACIDADES DINÂMICAS E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÃO MILITAR DE APOIO LOGÍSTICO

Romero de Albuquerque Maranhão
Norberto Stori

DOI 10.22533/at.ed.7871913031

CAPÍTULO 2 18

O PLANEJAMENTO AMBIENTAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Emerson Andrade Gibaut

DOI 10.22533/at.ed.7871913032

CAPÍTULO 3 36

LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS-VENDA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA EMPRESA ERICSSON DO BRASIL

Rogério Silveira Dias
Felipe Caleffi
Andreia Bonato da Silva
Faculdades Monteiro Lobato

DOI 10.22533/at.ed.7871913033

CAPÍTULO 4 52

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM RETRATO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DE 2010 A 2017

Agleilson Souto Btista
Jorge da Silva Correia Neto
José de Lima Albuquerque
Maria Jaqueline da Silva Mandú

DOI 10.22533/at.ed.7871913034

PARTE II – ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMPORTAMENTO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 5 71

ÉTICA CORPORATIVA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: DISSONÂNCIA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA EM DOIS PEQUENOS RESTAURANTES ORGÂNICOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Patrícia Sales Patrício
Lígia Maria Ribeiro
Edna Ribeiro Santana
Fabiana Solange de Cristo

DOI 10.22533/at.ed.7871913035

CAPÍTULO 6 82

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PERSPECTIVA DE DISCENTES DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Salvelina Marques Lourenço
Roseilda Nunes Moreira

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.7871913036

CAPÍTULO 7 104

VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E ATITUDES DE CARÁTER AMBIENTAL DOS INDIVÍDUOS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

Juliana Rabelo Pereira

Eloisa Helena de Souza Cabral

DOI 10.22533/at.ed.7871913037

PARTE III – ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 8 146

ESTRATÉGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ENSAIANDO IDEIAS A PARTIR DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Mônica Mota Tassigny

Flávia Lorene Sampaio Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.7871913038

CAPÍTULO 9 168

COMPETENCES FOR SUSTAINABILITY AND ITS INSTITUTIONALIZATION LEVEL IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Nadiessa Cappellari

Silvio Roberto Stefano

Marcos Roberto Kuhl

Luiz Fernando Lara

DOI 10.22533/at.ed.7871913039

CAPÍTULO 10 186

EDUCAÇÃO CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Jacqueline Rios Fonteles Albuquerque

Artur Gomes de Oliveira

Mônica Mota Tassigny

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.78719130310

SOBRE O ORGANIZADOR..... 210

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM RETRATO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DE 2010 A 2017

Agleilson Souto Btista

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Serra Talhada – Pernambuco

Jorge da Silva Correia Neto

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Recife – Pernambuco

José de Lima Albuquerque

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Recife – Pernambuco

Maria Jaqueline da Silva Mandú

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Serra Talhada – Pernambuco

RESUMO: Dar destino correto aos resíduos sólidos urbanos tem se tornado um grande desafio brasileiro, mesmo após a aprovação da Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os principais mecanismos de operacionalização dessa política, tanto da coleta seletiva como da logística reversa, priorizam a participação e a atuação estratégica dos catadores de resíduos e suas cooperativas, além de uma forte articulação institucional envolvendo União, Estados e Municípios. Desse cenário buscou-se analisar o panorama da produção científica nacional a respeito dos resíduos sólidos, a partir da criação da PNRS, via pesquisa bibliométrica no Portal de Periódicos CAPES. Foram analisadas as seguintes variáveis: título; autor

principal; periódico de origem; classificação (Qualis); ano de publicação; classificação dos estudos quanto a seus objetivos; método de coleta de dados; construtos; e referências. Os resultados apontam para uma baixa concentração de artigos versando sobre a PNRS. Os artigos apresentam em seus títulos o termo PNRS, e o estudo demonstrou que o tema atrai paritariamente autores de ambos os sexos, na maioria Doutores em Administração nas universidades públicas do sul do País. Quanto às publicações, concentram-se em periódicos de Qualis B3 publicadas nos últimos 3 anos. Em relação à classificação dos estudos e o método de coleta, existe preferência por mesclar os gêneros. Já o estudo dos construtos apresentou certa concentração, diferente da análise dos referenciais que não apontou autores chave.

PALAVRAS-CHAVE: Política Nacional de Resíduos Sólidos; Políticas Públicas; Resíduos Sólidos; Estudo Bibliométrico

ABSTRACT: Providing a correct destination for solid urban waste has become a major Brazilian challenge, even after the approval of Law No. 12,305 of 2010, which establishes the National Solid Waste Policy (PNRS). The main operational mechanisms of this policy, both selective collection and reverse logistics, prioritize the participation and strategic action

of waste pickers and their cooperatives, as well as a strong institutional articulation involving the Federal Government, States and Municipalities. From this scenario we analyzed the panorama of the national scientific production regarding solid waste, from the creation of the PNRS, through a bibliometric research in the Portal of CAPES Journals. The following variables were analyzed: title; lead author; source journal; classification (Qualis); year of publication; classification of the studies regarding their objectives; method of data collection; constructs; and references. The results point to a low concentration of articles on PNRS. The articles present in their titles the term PNRS, and the study demonstrated that the theme attracts equally authors of both genres, most of them PhD in Administration working in public universities of the southern Brazil. Regarding the publications, they focus on Qualis B3 journals published in the last 3 years. In relation to the classification of the studies and the collection method, there is preference to merge them. The study of the constructs presented certain concentration, different from the analysis of the references that did not point out key authors.

KEYWORDS: National Policy on Solid Waste; Public policy; Solid Waste; bibliometric study.

1 | INTRODUÇÃO

Apesar de ser considerado referência mundial na gestão de resíduos sólidos, especialmente dos que trazem retorno financeiro (CEMPRE, 2013), o Brasil só teve sua Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída em 2010, após 20 anos de debates. Mesmo diante de sua amplitude e conformação, a PNRS entende que todo o ciclo de vida dos produtos é passível de gestão, o que inclui os resíduos sólidos (lixo) gerados durante sua fabricação, transporte, consumo e descarte, que devem ter sua destinação final realizada de forma ambientalmente adequada (EMÍLIO, 2014).

Do ponto de vista governamental, sua complexidade de implementação também está ligada ao fato de ser baseada em programas temáticos, aos quais estão vinculadas às ações ou iniciativas esperadas de diversos órgãos, como por exemplo, o saneamento básico, que é executado conjuntamente pelo Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional (SILVA, J., S., 2015).

Em suma, a PNRS reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com estados, distrito federal, municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010a).

Regulamentada pelo Decreto nº 7.404, também de 2010, que disciplina as inovações introduzidas na gestão dos resíduos sólidos pela PNRS, esse conjunto normativo traz como instrumento os planos de resíduos sólidos, a coleta seletiva, a

logística reversa e o incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas, entre outros (BRASIL, 2010b).

Dada a envergadura e complexidade do tema (MIGLIANO, 2012), emergiu a seguinte pergunta de pesquisa: como tem evoluído a pesquisa nacional desde a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos? Desse modo, este estudo buscou aglomerar e analisar os trabalhos que possuem como cerne a PNRS, e, assim, definir o panorama da produção científica relacionada ao tema, consultando publicações indexadas ao Portal de Periódicos da Capes, por meio de estudo bibliométrico, no lapso temporal que se estende desde a sanção da lei que criou a PNRS em 2010 até o ano de 2017.

O artigo é composto por quatro seções. A primeira seção apresenta as principais referências conceituais acerca da PNRS. A segunda seção detalha os procedimentos metodológicos que guiaram o estudo. A terceira seção discute os resultados obtidos e, finalmente, a quarta seção apresenta as conclusões referentes ao estudo.

2 | REFERENCIAL CONCEITUAL

A lei nº 12.305/2010, em seu artigo primeiro, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o conteúdo da normativa versa sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (BRASIL, 2010a).

Os resíduos sólidos urbanos, que correspondem aos resíduos domiciliares e de limpeza urbana (conforme Art. 13 da lei 12.305), são os que apresentaram uma maior quantidade de informações disponibilizadas em diversos sistemas de informação de fontes oficiais como IBGE e Ministério das Cidades. Segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, compreendem uma grande variedade de temas inter-relacionados, tais como a logística reversa, a coleta seletiva e a atuação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, dentre outros, e se referem a questões que apresentam maior impacto nas relações entre os entes federados, em especial Estados e Municípios, com reflexos no processo de elaboração dos demais planos de resíduos sólidos pelos entes federados (planos estaduais, interfederativos e municipais) (BRASIL, 2012). O Decreto nº. 7.404/2010, que regulamentou a PNRS, em seus artigos 53 e 54, estabeleceu o vínculo entre os planos de resíduos sólidos municipais ou intermunicipais, no que tange ao componente de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos (BRASIL, 2010b).

2.1 Logística Reversa

Galvão (2016) enfatiza que a expansão no mercado interno de produtos

caracterizados pelas linhas branca, marrom, azul e verde proporcionou um crescimento do consumo desses produtos, gerando redução da vida útil desses e o consequente aumento na quantidade dos resíduos eletroeletrônicos. Assim, esse tipo de mercadoria está sendo descartada mais rapidamente. Segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2013), essas linhas são assim compostas: branca (refrigeradores, congeladores, fogões, lavadoras, secadoras e condicionadores de ar); marrom (monitores, televisores, aparelhos de vídeo, áudio e filmadoras); azul (batedeiras, liquidificadores, ferros elétricos, furadeiras, secadores, espremedores, cafeteiras e aspiradores de pó); e verde (computadores, *desktops* e *laptops*, acessórios de informática, *tablets* e telefones celulares).

A lei nº 12.305/2010 traz em seu artigo 3º inciso XII a definição de logística reversa:

“(...) instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010a, online).

Ela define também de quem é a responsabilidade por tal prática, ou seja, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa (ABDI, 2013).

Dessa forma, viabilizou-se a logística reversa exigida pela PNRS, posto que todas as partes relacionadas no processo deverão contribuir para o encaminhamento dos produtos em fim de vida útil para a reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada (ABDI, 2013).

2.2 Coleta Seletiva

A partir da lei nº 12.305/2010, o trabalho dos catadores passou a ser considerado essencial para a extinção dos lixões e para a implantação da coleta seletiva nos diversos municípios brasileiros, com menor poluição e mais renda (ZAMBRA, 2016).

Esse mesmo instrumento legal define coleta seletiva em seu artigo 3º inciso V como “coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição” (BRASIL, 2010a) e estabelece esse instrumento como parte integrante da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros. Um sistema de coleta seletiva é fundamental para se atingir as metas do destino da disposição ambiental adequada dos resíduos sólidos, inclusive quanto à responsabilidade solidária das empresas na organização de programas de coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada após o fim da vida útil dos produtos (GALVÃO, 2016).

Vale ressaltar ainda que o número de municípios que adotou alguma iniciativa de coleta seletiva, segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil de 2014, foi

expressivo, chegando a 3.608 municípios, mas grande parte das atividades executadas se refere a pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores (ABRELPE, 2014). Entretanto, nos sistemas de logística reversa a estrutura de coleta seletiva deve ser ampla e permanente, de modo a garantir reaproveitamento ao setor empresarial ou a destinação correta dos resíduos (GALVÃO, 2016).

2.3 Atuação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis

Um dos objetivos da PNRS, expresso no artigo 7º, inciso XII, é a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010a).

O instrumento legal preocupou-se em atender uma demanda latente, a dos moradores de lixões, estimulando a criação de cooperativas de catadores e criando mecanismos de fortalecimento, como preceitua o inciso IV do artigo 8º: “São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: (...) o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010a).

As cooperativas de catadores, segundo a ABDI (2013), realizam atualmente um importante papel na cadeia da reciclagem atual, dada sua capilaridade e capacidade de compor o sistema, que devem ser aproveitados da maneira a potencializar a geração de renda. Estima-se que existam 600 mil catadores no Brasil (ABDI, 2013), o que demonstra o impacto econômico para as famílias envolvidas, considerando que, em um estudo desenvolvido em Israel para a Fundação Friedrich Ebert, constatou-se que cada mil toneladas de resíduo reciclado geram cinco empregos adicionais na indústria de reciclagem (ABDI, 2013).

2.4 Planos de resíduos sólidos pelos entes federados

Com a promulgação da PNRS, tornou-se responsabilidade obrigatória dos municípios e do distrito federal a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos em seus próprios territórios (ABDI, 2013). Como mecanismo indutor, essa lei passou a exigir os planos de resíduos sólidos como condição para que estados, distrito federal e municípios tenham acesso a recursos da União. Nesse contexto são priorizadas soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluindo a elaboração e implementação de plano intermunicipal ou de planos microrregionais de resíduos sólidos, conforme observado nas seções III e IV do referido instrumento legal. Reflexo da intenção da PNRS na inclusão social e valorização econômica da atividade dos catadores. São também priorizados os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (ABDI, 2013).

Aos estados é atribuída a promoção da integração de gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem

como o controle e fiscalização das atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual competente. Também se atribui aos estados o papel de apoiar iniciativas consorciadas ou compartilhadas entre diferentes municípios (JARDIM; YOSHIDA; MACHADO FILHO, 2012). Do ponto de vista econômico, a União, os estados, o distrito federal e os municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios (ABDI, 2013).

3 | METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo pode ser caracterizado como uma *desk research* exploratório-descritiva, pois buscou conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema (VERGARA, 2006). Um estudo bibliométrico, segundo Gil (2006), tem por objetivo analisar diferentes visões sobre determinado problema, fato este que pode ser engrandecido com novas contribuições teóricas. Segundo Vanti (2002), consiste na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação).

Para fonte de dados dessa pesquisa optou-se pelo Portal de Periódicos da CAPES. O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O *corpus* inicial contou com 4.511 artigos, obtidos a partir de acesso remoto via CAFE ao referido Portal, através da aplicação dos seguintes filtros: busca de “somente artigos” que contivessem o termo “PNRS”. Posteriormente este *corpus* precisou passar por um processo de filtragem constituído de duas fases: a filtragem inicial buscou selecionar os artigos que poderiam vir a atender aos critérios estabelecidos; e, na segunda etapa, fez-se uma análise reflexiva sobre os artigos inicialmente selecionados, objetivando identificar aqueles que tratavam PNRS como tema central ou de cunho indispensável ao estudo.

Os critérios estabelecidos para a primeira fase de filtragem centraram-se nos seguintes campos: palavra pesquisada: PNRS; tipo de documento: somente artigos provenientes de periódicos revisados por pares; idioma: português; intervalo de busca: 2010 a 2017. Obtivemos, desse modo, um total de 67 artigos. Na segunda fase da filtragem (análise reflexiva), os artigos que não tratavam o assunto no sentido desejado foram descartados. O quantitativo de trabalhos que formou o *corpus* final totalizou 16 artigos.

A partir da busca e seleção dos artigos, foram realizadas as leituras e análises dos mesmos sob a ótica dos estudos bibliométricos. Englobamos tanto características quantitativas como qualitativas, permitindo a combinação de resultados, de maneira independente, e a sintetização dos resultados em busca de novas conclusões.

Os artigos foram analisados a partir de nove variáveis quais sejam: 1) Título; 2) Autor principal; 3) Periódico de origem; 4) Classificação (Qualis); 5) Ano de publicação; 6) Classificação dos estudos quanto a seus objetivos; 7) Método de coleta de dados; 8) Construtos; e 9) Referências. Visando facilitar as disposições dos dados neste trabalho, os 16 artigos analisados são representados por letras do alfabeto e apresentados sequencialmente, em ordem cronológica.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes da exposição e análise dos resultados, vale salientar que a PNRS é um tema bastante recorrente nos periódicos indexados ao Portal de Periódicos da CAPES, tendo em vista o *corpus* inicial do trabalho de 4.511. Isso demonstra a importância do tema, apesar de o *corpus* final ser composto por apenas 16 artigos, fato esse que demonstra não ser um tema central recorrente.

4.1 Quanto ao Título

Analisando o título dos artigos observa-se que há preocupação dos autores em inserir o termo “Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Percebe-se que o uso desta nomenclatura pode despertar o interesse de avaliadores, assim como dos futuros leitores, buscando situar os interessados sobre o assunto central do artigo. Também foi possível observar a preocupação em relacionar a tratativa dos resíduos sólidos localmente (municípios, estados e país), o que pode ser observado no título das publicações: C, E, F, H, I, J, K, L, M e N. Tal iniciativa demonstra o interesse dos autores em trabalhar com casos específicos, explorando as iniciativas quanto à PNRS aplicadas em determinados locais, como demonstra o Quadro 1.

ARTIGO	TÍTULO
A	A Política Nacional de Resíduos Sólidos: os reflexos nas cooperativas de catadores e a logística reversa
B	A necessidade de adaptação às regulações ambientais da política nacional de resíduos sólidos: do fabricante ao consumidor organizacional no setor de equipamentos eletrodomésticos
C	Institucionalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos: dilemas e constrangimentos na região metropolitana de Aracajú (SE)
D	Panorama acadêmico sobre resíduos sólidos: análise da produção científica a partir do marco legal do setor
E	A logística reversa aplicada na Política Nacional de Resíduos Sólidos e na lei estadual paulista do resíduo tecnológico em Pindamonhangaba – SP
F	Gerenciamento municipal de resíduos sólidos urbanos: o papel estratégico de um centro de triagem em São Paulo
G	Planejamento municipal na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva

H	Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua implementação no município de Rio Pomba/MG
I	Política Pública de Resíduos Sólidos: uma análise da lei nº 12.305/201 que institui a política nacional de resíduos sólidos – PNRS, por meio dos serviços executados pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP no município de Manaus /AM.
J	Estudo do comportamento ambiental da população de Wenceslau Braz/PR em relação aos resíduos sólidos urbanos.
K	Coleta seletiva de lixo reciclável em Angra dos Reis/rj: análise da evolução municipal e da participação popular.
L	Coleta seletiva em Natal/RN: cenário das cooperativas de materiais recicláveis
M	Desafios das administrações municipais na implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos: o caso do Curimataú paraibano
N	Diagnóstico e Proagnóstico dos RSU para município de Sananduva/RS
O	Planejamento urbano “open source”: Um estudo de caso na identificação de áreas para implantação de aterro sanitário
P	Acordo setorial de embalagem: avaliação à luz da responsabilidade estendida do produtor

Quadro 1 - Título dos artigos componentes do *corpus* final

Fonte: dados da pesquisa.

4.2 Quanto aos Autores Principais

Em relação à análise dos autores, através do *Curriculum Lattes* e de redes sociais, foram levantados dados inerentes ao gênero; nível de instrução; área de formação; instituição de ensino de vinculação à época da publicação; região geográfica; e atuação como docente ou discente, também à época da publicação.

Artigo	Autor principal	Gênero	Titulação	Formação	IES do Autor	UF	Função
A	Tiago José Pereira Neto	M	Especialista	Engenharia	UNILASALLE	RS	DOCENTE
B	Moacir Pereira	M	Doutor	Engenharia	UNISAL	SP	DOCENTE
C	Florence Heber	F	Doutor	Administração	UFS	SE	DOCENTE
D	Layon Carlos Cezar	M	Mestre	Administração	UFES	ES	DISCENTE
E	Henrique Martins Galvão	M	Doutor	Administração	UNIFATEA	SP	DOCENTE
F	Elisandra Marisa Zambra	F	Doutor	Administração	UFMT	MT	DOCENTE
G	Thais Brito de Oliveira	F	Mestre	Saúde Pública	FIOCRUZ	RJ	DISCENTE
H	Gustavo Vieira Silva	M	Mestre	Direito	IF SUL DE MINAS	MG	DISCENTE
I	Ana Carolina Jacinto	F	Bacharel	Administração	UEA	AM	DISCENTE
J	Mauro Januário	M	Mestre	Meteorologia	UENP	PR	DOCENTE
K	Mônica Maforte Netto	F	Especialista	Administração	UFF	RJ	DISCENTE
L	Cristina de Souza Bispo	F	Mestre	Engenharia	IFRN	RN	DOCENTE

M	Josiete da Silva Mendes	F	Especialista	Administração	UFPB	PB	DISCENTE
N	Marília Fracasso	F	Bacharel	Biologia	UERGS	RS	DISCENTE
O	Rogério Taygra Vasconcelos Fernandes	M	Mestre	Engenharia	UFERSA	RN	DISCENTE
P	JACQUES DE-MAJOROVIC	M	Doutor	Educação	FEI	SP	DOCENTE

Quadro 2 - Autores

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação aos autores pode-se observar que metade é do gênero masculino e metade do sexo feminino; quase 69% possui formação maior que graduação ou especialização; a área de formação com maior interesse no assunto é Administração; metade dos autores é formada por docentes e metade por discentes, concentrados na região sudeste do país, como mostra a Figura 1. Outro dado importante é o fato de doze das dezesseis instituições de ensino às quais os autores estavam vinculados, quando da publicação, serem públicas, sendo 9 federais.

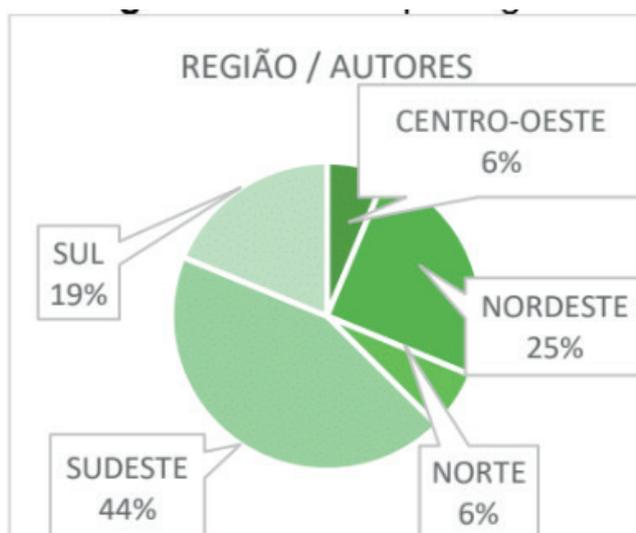


Figura 1 - Autores por região

Fonte: dados da pesquisa.

4.3 Quanto aos Periódicos

Pôde ser observada a predominância das publicações na Revista HOLOS e Revista Metropolitana de Sustentabilidade, com três publicações cada, e nas Revistas Diálogo e Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, com duas publicações cada.

ARTIGO	REVISTA	QUALIS	ANO DE PUBLICAÇÃO
A	Diálogo	B5	2011
B	Revista de Administração e Inovação – RAI	B5	2014
C	Revista de Administração Pública – RAP	A2	2014
D	Revista Metropolitana de Sustentabilidade – RMS	B3	2015
E	Diálogo	B3	2016
F	Revista Metropolitana de Sustentabilidade	B3	2016
G	Engenharia Sanitária e Ambiental	B3	2016
H	Holos	B3	2016
I	Revista de Administração de Roraima – RARR	B3	2016
J	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS	B2	2017
K	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS	B2	2017
L	Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS	B3	2017
M	Revista Principia	B3	2017
N	Holos	B2	2017
O	Holos	B2	2017
P	Revista de Administração de Empresas – ERA	A2	2017

Quadro 3: Periódicos

Fonte: dados da pesquisa.

A revista Diálogo publica trabalhos que se debruçam sobre a problemática e/ou compreensão de questões sociais em diferentes contextos e a partir de distintas abordagens teóricas. Em especial, procura dar visibilidade a artigos que promovam a reflexão, tanto teórica quanto prática, dos processos de desenvolvimento social e o fortalecimento da cidadania.

Por sua vez, a Revista de Administração e Inovação RAI está concebida para ser um meio de comunicação científica e de integração da comunidade acadêmica e profissional atuante nas áreas de Administração, Economia, Engenharia de Produção e correlatas - tendo foco em inovação.

A Revista de Administração Pública RAP se dedica a fornecer uma fonte de apoio para pesquisas, professores, gerentes do setor público e atores sociais e políticos preocupados com a efetividade e equidade da ação pública.

Já a Revista Metropolitana de Sustentabilidade RMS é fruto de um trabalho coletivo de pesquisadores atuantes em diversas áreas acadêmicas, notadamente em temas voltados para o Desenvolvimento Sustentável, baseado nas três dimensões ou esferas da sustentabilidade: ambiental, social e econômica.

O periódico Engenharia Sanitária e Ambiental faz publicações de contribuições técnicas e científicas nas áreas de saneamento e meio ambiente, e suas interfaces.

A revista Holos é uma publicação *on-line* do IFRN cujo objetivo é publicar artigos que contribuam para pesquisas de temas multidisciplinares.

Por sua vez, a Revista de Administração de Roraima - RARR é publicada pela Universidade Federal de Roraima desde 2011 e aborda temas ligados à ciência

administrativa.

A Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS é uma publicação interdisciplinar das áreas de Administração e Planejamento Urbano e Regional / Demografia, com a missão de disseminar conhecimento de Gestão Ambiental e Sustentabilidade em suas três dimensões (ambiental, social e econômica).

A Revista Principia é um periódico de divulgação científica e tecnológica do IFPB, com periodicidade semestral, num ambiente que propicia trocas de experiências e conhecimentos entre pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Por fim, a Revista de Administração de Empresas RAE, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, é a primeira revista científica brasileira na área, lançada em maio de 1961. A RAE é uma revista generalista na área de Administração, voltada a professores, pesquisadores e estudantes.

Pôde-se observar que a temática da Política Nacional de Resíduos Sólidos não fica restrita a revistas que tratam apenas de meio ambiente, sustentabilidade e afins, mas permeia diversos setores, corroborando com a ideia de que o tema tem importância para o meio acadêmico e a sociedade como um todo, apesar das poucas publicações.

4.4 Quanto à Classificação (Qualis)

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (CAPES, 2018). Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos, enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; e C, com peso zero (CAPES, 2018). Nesse trabalho foi levado em consideração o conceito do ano da publicação conforme aponta a Figura 2.

O que se pôde observar nesse ponto foi que as revistas tidas como as de maior qualidade ou não se interessam suficientemente pelo tema, ou os autores que escreveram sobre o assunto não buscaram publicar em tais periódicos. Isso é facilmente constatado pela concentração das publicações em periódicos B3: 50% das publicações. No entanto essas revistas são consideradas de nível intermediário, o que não diminui, em nada, a importância do tema.

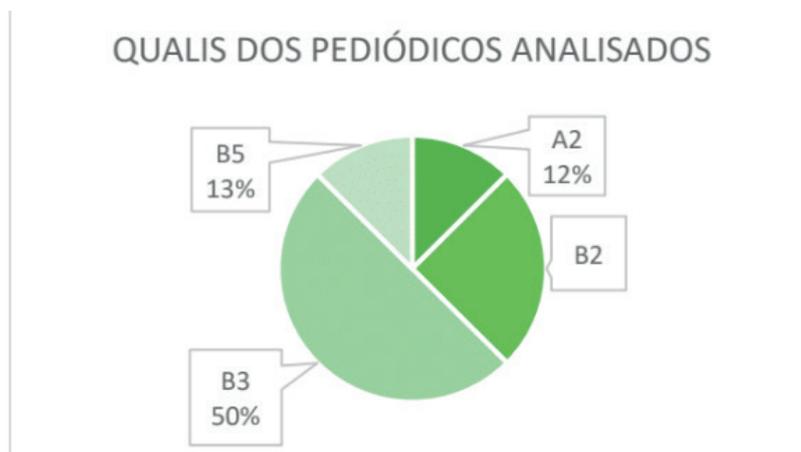


Figura 2 – Qualis dos periódicos

Fonte: dados da pesquisa.

4.5 Quanto ao Ano de Publicação

Analisando especificamente a distribuição dos trabalhos ao longo do período estudado (2010 a 2017), é possível inferir que houve um relativo aumento de estudos que discutem a temática PNRS, fortalecendo a ideia de que, no contexto brasileiro, diversos pesquisadores têm demonstrado recente interesse no assunto (Figura 3). Percebe-se também que a Política foi mais discutida nos dois últimos anos de análise, 2016 e 2017, que concentram 75% das publicações.

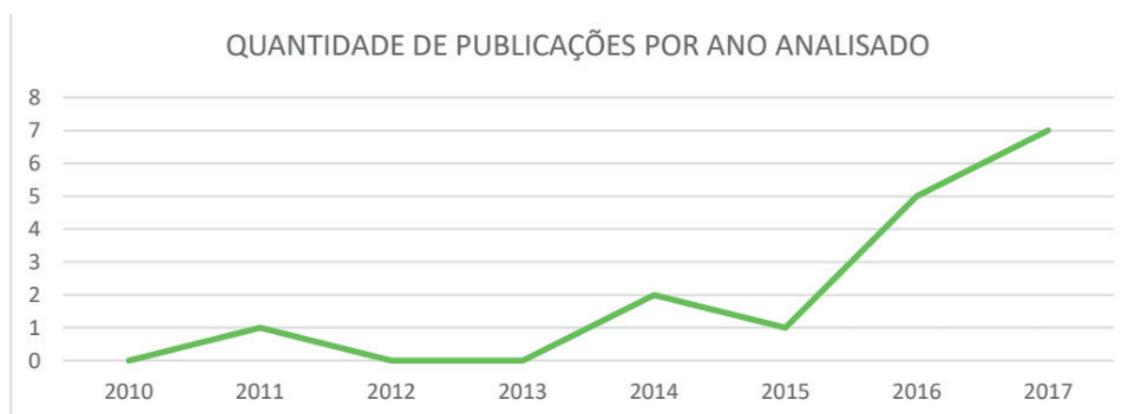


Figura 3 – Linha do tempo das publicações sobre a PNRS

Fonte: dados da pesquisa.

4.6 Quanto à classificação dos estudos por seus objetivos

Quanto à classificação dos estudos por seus objetivos, Figura 4, nota-se o predomínio das pesquisas do tipo descritiva (69%), seguida da exploratória (56%) e da explicativa (13%). Vale salientar que essa classificação não é pura e por isso nota-se uma sobreposição na soma dos percentuais apresentados. Sendo mais específico, o artigo “C” é Exploratório/Descritivo enquanto o artigo “H” é Descritivo/Explicativo.



Figura 4 – Objetivos dos estudos

Fonte: dados da pesquisa.

A concentração das pesquisas descritivas decorre do grande número de levantamento de iniciativas para a gestão dos resíduos sólidos nos municípios e estados, facilitando o alcance do pesquisador a esse meio. Por outro lado, a concentração em pesquisas de caráter exploratório pode ser justificada pela necessidade de mais conhecimento teórico e empírico referente à área de estudos.

A combinação dos dois tipos de pesquisa evidencia a necessidade de análise tanto como técnica de levantamento de informações, quanto de alicerce do campo para estudos futuros, como afirma CESAR (2015). O Quadro 4 apresenta uma síntese com a classificação dos estudos e os métodos de coleta de dados mais frequentes nos trabalhos analisados.

Artigo	Objetivos do estudo	Métodos de coleta de dados
A	explicativo	bibliográfico
B	descritivo	bibliográfico / estudo de caso
C	exploratório / descritivo	bibliográfico / documental
D	exploratório	bibliográfico
E	descritivo	bibliográfico / entrevista / questionário
F	exploratório	bibliográfico / documental / entrevista / observação direta
G	exploratório	bibliográfico / documental
H	descritivo / explicativo	bibliográfico / documental / observação direta
I	descritivo	bibliográfico / documental
J	descritivo	bibliográfico / documental / questionário
K	exploratório / descritivo	bibliográfico / entrevista
L	exploratório / descritivo	bibliográfico / entrevista / observação direta
M	descritivo	bibliográfico / entrevista / estudo de caso
N	exploratório / descritivo	bibliográfico / estudo de caso
O	exploratório	bibliográfico / estudo de caso / documental
P	exploratório / descritivo	bibliográfico / documental / entrevista

Quadro 4: classificação dos estudos e métodos de coleta de dados

Fonte: dados da pesquisa.

4.7 Quanto aos Métodos de Coleta de Dados

Conforme aponta a Figura 5, em relação aos métodos de coleta e de análise de dados observou-se o predomínio quanto à utilização de técnicas bibliográficas (100%), documentais (50%), entrevista (38%) estudo de caso (25%), seguidas de observação direta (19%) e questionários (13%). A utilização de análise documental e do estudo de caso pode ser justificada pela necessidade de analisar as leis e diretrizes criadas pelos municípios e estados mediante influência da PNRS para a criação de mecanismos de gestão dos resíduos sólidos. Já a entrevista pode estar associada à necessidade de extrair um conteúdo mais rico com base em informações dos respondentes.

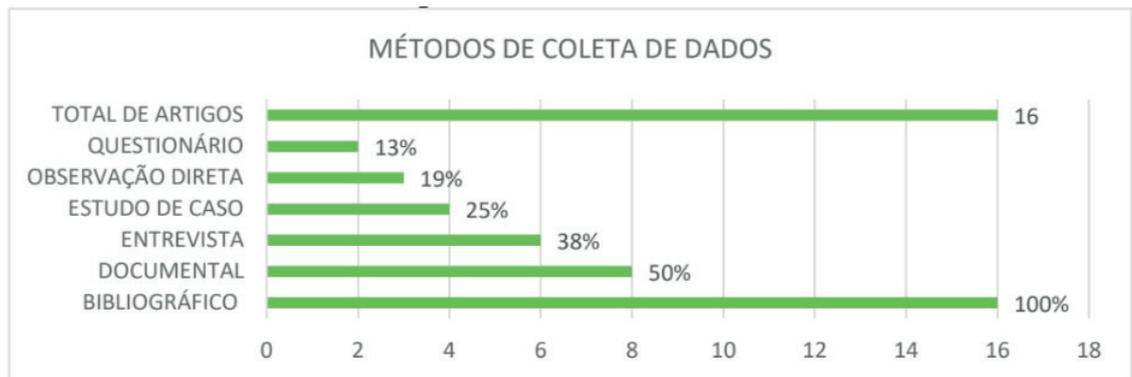


Figura 5 – Métodos de coleta

Fonte: dados da pesquisa.

4.8 Quanto aos construtos

Outro ponto estudado refere-se à verificação dos *constructos* mais trabalhados pelos autores, conforme apresentado no Quadro 5. Percebe-se uma forte concentração na questão dos resíduos (10), se levarmos em conta a palavra “resíduos” isoladamente ou em composição, pois ela é uma palavra-chave bastante abrangente, e se faz presente inclusive no tema em análise. Subsequentemente tem-se: reciclagem (4), coleta seletiva (3), logística reversa (3), políticas públicas (3), resíduos sólidos (3), meio ambiente (2), PNRS (2), resíduos eletroeletrônicos (2) e resíduos sólidos urbanos (2). Todos eles fazem parte do cerne abordado nos periódicos estudados.

Construtos
reciclagem (4); coleta seletiva (3); logística reversa (3); políticas públicas (3); resíduos sólidos (3); meio ambiente (2); política nacional de resíduos sólidos (2); resíduos eletroeletrônicos (2); resíduos sólidos urbanos (2); acordos setoriais (1); administrações municipais (1); angra dos reis (1); aterro sanitário (1); catadores (1); ciclo de vida. (1); cooperativas (1); cooperativas de catadores (1); curimataú paraibano (1); desenvolvimento (1); educação ambiental (1); embalagens (1); geoprocessamento (1); geotecnologias (1); gerenciamento (1); gestão (1); gestão ambiental (1); gestão de resíduos sólidos (1); institucionalização (1); integração local (1); lei 12.305/2010 (PNRS) (1); lixo reciclável (1); materiais recicláveis (1); participação popular (1); plano de gestão integrada de resíduos sólidos (1); poder público municipal (1); política nacional. (1); qualidade de vida (1); região metropolitana de Aracaju (1); regulações ambientais (1); regulamentação ambiental (1); resíduos (1); responsabilidade do produtor (1); setor de eletrodomésticos (1); SIG (1); sustentabilidade (1); trabalhadores (1); triagem (1).

Quadro 5: *Constructos* vinculados à PNRS mais frequentes

Fonte: dados da pesquisa.

4.9 Quanto às Referências

Considerando as referências dos 16 artigos estudados chegou-se a 392 fontes entre livros, periódicos, leis e outros. As fontes mais visitadas, ou de maior recorrência entre os trabalhos totalizaram 133, no entanto, nem todas com pertinência ao tema. Se considerarmos as leis e os *sites* dos órgãos, como autores chegaremos a um total de 33. No entanto, se os desconsiderarmos e analisarmos a pertinência ao tema, chegaremos ao total de apenas 11 referências principais. Isso retrata a falta de autores recorrentes pertinentes ao tema abordado. É válido salientar que não foram consideradas repetições de obras para esse levantamento, entretanto, se um mesmo autor apareceu em mais de uma obra, essa foi contabilizada. O Quadro 6 sintetiza essas fontes.

Autores mais relevantes considerando leis, sites e outros	Autores com pertinência ao tema
IBGE (18); LEI 12.305 (16); MMA (13); ABRELPE (9); GIL A. C. (7); LEI 7.404 (6); ABNT (5); CEMPRE (4); SACHS, I. (4); VERGARA, S. C. (4); YIN, R. K. (4); LEI 11.445 (3); CONSTITUIÇÃO (3); JACOBI, P. (3); LEI 6.938 (2); ANSANELLI, S. (2); ATASU, A. (2); CRUZ, N. (2); DAL PIAZ, J. F. (2); DEMAJOROVIC, J. (2); FEAM (2); IPARDES (2); LEITE, P. R. (2); LEITE, V. D. (2); MARCONI, M. A. (2); MENEZES, D. C. (2); MNCR (2); ONU (2); QUEIROZ, A. P. B. (2); SANTOS, J. G. (2); SILVEIRA, M. A. (2); SOUZA, M. T. S. (2).	SALCHS, I. (4); JACOBI, P. (3); ANSANELLI, S. (2); ATASU, A. (2); CRUZ, N. (2); DAL PIAZ, J. F. (2); DEMAJOROVIC, J. (2); LEITE, P. R. (2); LEITE, V. D. (2); MENEZES, D. C. (2); QUEIROZ, A. P. B. (2); SANTOS, J. G. (2); SILVEIRA, M. A. (2); SOUZA, M. T. S. (2).

Quadro 6: Fontes ou bibliografia

Fonte: dados da pesquisa.

5 | CONCLUSÕES

Não se pode precisar se a falta de consciência ambiental ou a falta de interesse, tanto por parte dos governantes como da sociedade em geral, é o que mais contribui para as dificuldades encontradas no Brasil, em relação à correta destinação de resíduos sólidos. Com o intuito de amenizar a latente problemática do lixo, a lei 12.305, de

2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, introduziu uma série de mecanismos que tendem a diminuir o impacto dos resíduos no meio ambiente e a criar oportunidades de trabalho para milhares de pessoas. Porém, passada quase uma década de sua implementação, não se tem ainda resultados expressivos com relação aos impactos desta política e se efetivamente a situação do “lixo” está sendo amenizada.

Apesar da grandiosidade do tema, não são encontrados resultados expressivos com a implementação dos planos de resíduos, enxertados na sociedade mediante a PNRS. Talvez isso explique a incipiente produção de artigos que versem centralmente sobre o tema em periódicos nacionais.

A partir dos artigos analisados, notou-se que, embora a promulgação da Lei nº 12.305/2010 tenha representado uma evolução para a questão dos resíduos sólidos no Brasil, os estudos mostram-se modestos no campo científico quanto ao embasamento na PNRS para a construção dessas pesquisas.

Dentre as análises efetivadas nesse estudo, cabe destacar que, entre os autores, não há o interesse central pertinente ao assunto, considerando que não se nota uma continuidade de publicações por parte deles quanto ao tema abordado.

Mesmo dada a dificuldade em encontrar trabalhos que investiguem publicações em periódicos que versem sobre resíduos sólidos inseridas no campo de estudos organizacionais, este estudo não chega a promover o ineditismo em realizar tal análise uma vez que outro artigo de [Cezar et al. \(2015\)](#) analisou a problemática, porém em outro espaço de tempo e com outra base de dados.

Não obstante, o mapeamento da produção científica brasileira presente no Portal de Periódicos da CAPES, referente à área estudada, traz à tona a possibilidade de novas pesquisas. Isso faz crer que a literatura a respeito da temática, por vezes, limita-se a destacar casos de sucesso e insucesso permeando o tema PNRS. Mesmo sendo fundamentais para o avançar do campo, acredita-se que novas possibilidades possam ser exploradas em perspectivas diversas.

Especificamente quanto aos resultados desse estudo, nota-se a presença do termo PNRS nos títulos demonstrando pertinência ao assunto. Ao analisar os autores percebeu-se que o tema é atraente tanto para pesquisadores do gênero masculino quanto para do feminino, geralmente com titulação de doutor e formação em Administração. Metade atua como docente, na sua grande maioria em Universidades Públicas concentradas no Sudeste do país.

Em relação aos periódicos escolhidos para publicação, passeiam sobre as áreas de conhecimento administrativo, de engenharia, ambiental e de saúde; e em sua maioria com QUALIS B3, denotando um interesse maior pelo tema os periódicos de nível intermediário. Houve também uma concentração de publicações nos dois últimos anos analisados, concentrando 75% dos artigos.

Quanto à classificação dos estudos e métodos de coleta, há uma preferência por mesclar os gêneros, com natureza exploratória e descritiva, e método bibliográfico e

documental em destaque. A análise dos construtos apresentou certa concentração, não apresentando muita diversidade, fato esse compreendido devido à pouca produção pertinente. Já em relação às referências bibliográficas, não foram identificados autores-chave uma vez que poucas publicações foram citadas em mais de um trabalho. Isso é outro fato que demonstra a pouca produção nessa seara.

Finalmente, cabe salientar que este estudo possui limitações tanto no processo de pesquisa (busca e coleta de dados), como no processo de análise. Estudos que proponham melhorias em relação à destinação de resíduos, ou mesmo que apenas analisem qual corrente teórica os mesmos estão seguindo, poderão contribuir para maiores investigações no campo. Novas investigações podem auxiliar a formação de uma agenda de novas políticas públicas, uma vez que é incipiente e de grande relevância o tema abordado.

REFERÊNCIAS

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos**: análise de viabilidade técnica e econômica. 2013.. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Logistica%20reversa%20de%20residuos_.pdf> Acesso em: 01 abr. 2017

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>> Acesso em: 01 mai. 2017.

BISPO, C.; COLOMBO, C.; BRAZ, R.; MEDEIROS, M.; SOUZA, F. Coleta seletiva em Natal/RN: cenário das cooperativas de materiais recicláveis. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 141-160, Jan./Abr., 2017.

BRASIL (a). **Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília-DF. 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 01 abr. 2017

BRASIL (b). **Decreto Federal nº 7.404 de 2 de dezembro de 2010** - Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União - DOU de 23/12/2010, Edição extra. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. 2012. Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657>. Acesso em: 01 mai. 2017.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente**. Periódicos CAPES. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CEMPRE. **Compromisso Empresarial para Reciclagem**. Disponível em: <www.cempre.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CEZAR, L. C.; BARBOSA, T. R. C. G.; REIS, M. C. T.; FONSECA JUNIOR, F. Panorama Acadêmico sobre Resíduos Sólidos: análise da produção científica a partir do marco legal do setor. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, 2015.

DEMAJOROVIC, J.; MASSOTE, B. Acordo setorial de embalagem: avaliação à luz da responsabilidade estendida do produtor. **Revista de Administração de Empresas**. V. 57, n. 5, São Paulo, set-out 2017 P 470-482

EMÍLIO, P. R. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: o poder transformador e integrador da gestão jurídica dos resíduos sólidos**. Dissertação de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 97 p. 2014.

FERNANDES, R. T. V.; SILVEIRA, B. D. A.; OLIVEIRA, M. R. Planejamento urbano “open source”: um estudo de caso na identificação de áreas para implantação de aterro sanitário. **HOLOS**, Ano 33, Vol. 08, 2017

FRACASSO, M.; DALEPIANE, R. M.; PORSCH, M. R. M.H.; PFULLER, E. E.; SILVA, R. S. Diagnóstico e prognóstico dos RSU para município de Sananduva/RS. **HOLOS**, Ano 33, Vol. 04, 2017

GALVÃO, H. M.; BREZZAN, R.; OLIVEIRA, L. M. A logística reversa aplicada na política nacional de resíduos sólidos e na lei estadual paulista do resíduo tecnológico em Pindamonhangaba SP. **Revista Diálogo**, v. 33, p. 141-169, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

HEBER, F.; SILVA, E. L. M. Institucionalização da política nacional de resíduos sólidos: dilemas e constrangimentos. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 48, p. 913-937, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

IBGE CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

JACINTO, A. C.; ZOGAHIB, A. L. N. Política pública de resíduos sólidos: uma análise da lei nº 12.305/2010 que institui a política nacional de resíduos sólidos - PNRS, por meio dos serviços executados pela secretaria municipal de limpeza pública- SEMULSP no município de Manaus /AM. **Revista de Administração de Roraima - RARR**, v. 6, p. 520-534, 2016.

JANUÁRIO, M.; FERNANDES, F. R. M.; VALERIO, M. A.; MACEDO, R. B. Estudo do comportamento ambiental da população de Wenceslau Braz/PR em relação aos resíduos sólidos urbanos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1. Janeiro. / Abril. 2017

JARDIM, A.; YOSHIDA, C. MACHADO FILHO, J. V. (Orgs). **Política Nacional: gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri: Manole. 242 p. 2012.

MENDES, J. S.; BECK, C, G. Desafios das administrações municipais na implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos: o caso do Curimataú Paraibano. **Revista Principia**, n. 37, 2017.

MIGLIANO, J. E. B. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): Perspectivas, Desafios e Oportunidades da Logística Reversa para a Indústria Nacional de Computadores**. Dissertação de Mestrado em Administração apresentada ao Centro Universitário da FEI. 2012.

NETTO, M. M.; GUIMARÃES, V. A.; LEAL JUNIOR, I. C. Coleta seletiva de lixo reciclável em Angra dos Reis/RJ: análise da evolução municipal e da participação popular. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2. Maio. /-Agosto 2017.

OLIVEIRA, T. B.; GALVÃO J. A. C. Planejamento municipal na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 21, n. 1, p. 55-64, jan/mar 2016.

PEREIRA, M.; SILVEIRA, M. A. A necessidade de adaptação às regulações ambientais da política nacional de resíduos sólidos: do fabricante ao consumidor organizacional no setor de equipamentos eletrodomésticos. **Revista de Administração e Inovação- RAI**, v. 11, n. 4, p. 88-109, 2014.

PEREIRA NETO, T. J. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: Os Reflexos nas Cooperativas de Catadores e a Logística Reversa. **Revista Diálogo**, v. 18, p. 77-96, 2011.

SILVA, J. S. **Gestão de resíduos sólidos e sua importância para a sustentabilidade urbana no Brasil**: uma análise regionalizada baseada em dados do SNIS. Repositório IPEA. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6493> Acesso em: 9 jul. 2017.

SILVA, G. V.; OLIVEIRA, A. R.; SILVA, T. A.; SILVA E FIDELIS, P. V. Política nacional de resíduos sólidos e sua implementação no município de rio Pomba/MG. **Revista Holos** (Natal. Online), v. 1, p. 202-214, 2016.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à *webometria*: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162. 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZAMBRA, E. M.; SOUZA, P. A. R.; REINALDO, I. A.; PEREIRA, R. S. Gerenciamento municipal de resíduos sólidos urbanos: o papel estratégico de um centro de triagem em São Paulo. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 6, p. 97, 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-178-7

